

A Historiografia e a política indigenista sobre os povos indígenas no Sertão de Pernambuco (1801-1845).

Carlos Fernando dos Santos Júnior[□]

As pesquisas sobre a História dos povos indígenas no Nordeste focou uma parte dos seus estudos sobre os documentos administrativos estatais redigidos na segunda metade do Século XIX, principalmente aqueles que afirmavam o desaparecimento dos índios. A partir desses registros despertou-se o interesse dos historiadores e dos antropólogos na compreensão da repetida afirmação desse "desaparecimento" e da situação de "invisibilidade" da identidade indígena na Região entre a segunda metade do Século XIX e início do XX. Principalmente, quando se confrontou o discurso oficial do "desaparecimento" com os processos de emergências étnicas de povos indígenas na Região, ocorrido a partir da década de 1920.

Diante da necessidade da compreensão dos processos de "desaparecimento" e "emergência" dos índios no Nordeste, historiadores e antropólogos (ALMEIDA, R., 1997; FERREIRA, 2006; GOMES, 1991; CUNHA, 1992 e 1998) se voltaram para os estudos da política e das leis indigenistas produzidas entre o período colonial e imperial. Assim como as relações interétnicas entre as populações nativas e as não-índias naqueles citados períodos. Uma parte significativa desses estudos (VALLE, 1992 e MOREIRA NETO, 2005) voltou-se para os registros sobre a extinção dos aldeamentos no Nordeste no final do Século XIX, mais especificamente, a extinção dos aldeamentos na Província de Pernambuco.

Naquele período, os registros administrativos estatais relatando o "desaparecimento" das populações indígenas nas províncias do Nordeste, corroboraram para o silêncio oficial e intencional sobre os povos indígenas na Região, ratificando a ideia de assimilação dos índios a sociedade brasileira. Os índios eram "confundidos com a massa da população" - uma frase repetidamente citada pelas autoridades - transformados em "caboclos", pelos intelectuais do Século XX, por possuírem costumes exóticos e "manifestações folclóricas em vias de extinção" (SILVA, 2004: 132).

As pesquisas sobre a extinção dos aldeamentos na Província de Pernambuco evidenciaram a usurpação das terras, a negação dos direitos dos indígenas a propriedade da terra e a venda

[□] Universidade Federal de Pernambuco, Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UFPE).

delas pelo Estado (VALLE, 1992). Também existem documentos nos arquivos públicos de Pernambuco com registros da resistência indígena contra usurpação das suas terras e a reivindicação pelos seus direitos enquanto povos indígenas. Essas informações subsidiaram o desenvolvimento de novas pesquisas que colocam os índios como sujeitos ativos na História (SILVA, 2011).

Sobre a história indígena em Pernambuco na primeira metade do Século XIX, há a necessidade da produção de novos estudos sobre a realidade e as experiências vivenciadas pelos grupos indígenas no Sertão de Pernambuco naquele período. Principalmente em relação às populações que habitaram a Região do Rio São Francisco, nos antigos aldeamentos de Assunção e Santa Maria, e no Vale do Rio Pajeú, nas missões do Olho D'água da Gameleira e Baixa Verde. Buscamos entender os processos históricos vivenciados por esses grupos na Região, identificando as suas estratégias de resistência e negociações para afirmação de seus direitos e de sua identidade diferenciada.

No entanto, há uma lacuna em estudos sobre os grupos indígenas que viveram nas citadas regiões, no período compreendido entre o Primeiro Reinado e a promulgação do Regimento das Missões de 1845. Também é limitado o número de pesquisas em História a respeito das vilas de índios e os aldeamentos missionários no Sertão pernambucano na passagem do Século XVIII para o Século XIX.

Isso nos levou a fazer algumas problematizações: qual era o contexto social e político que Pernambuco vivia no início do Século XIX e seus efeitos sobre os índios no Sertão? Houve a continuidade da política missionária naquela região no Século XIX? Como era realizada a administração das vilas de índios em Pernambuco após a abolição oficial do Diretório Pombalino? O Diretório ainda vigorava em Pernambuco no Século XIX? Qual a legislação em Pernambuco aplicada aos povos indígenas antes da aprovação do Regimento das Missões de 1845? De quem eram as competências legislativas e administrativas sobre os índios na Província?

Os documentos disponíveis no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE) e no Memorial de Justiça de Pernambuco (MJPE) datados do início do Século XIX possibilitam a elucidação dessas questões. Nosso foco é uma compreensão crítica dos processos históricos,

socioculturais e políticos experimentados pelos índios no Sertão de Pernambuco, principalmente aqueles povos que habitaram as margens do Rio São Francisco e o Vale do Rio Pajeú, durante a primeira metade do Século XIX.

Para melhor apreendermos os processos históricos vivenciados pelos referidos grupos indígenas naquele período, o conceito de "Oikoumenê" subsidia uma percepção melhor sobre processo histórico ocorrido com as populações indígenas em Pernambuco. O antropólogo Sidney Mintz se apropriou do conceito de "Oikoumenê" utilizado por Kroeber em 1945 que significava:

Uma grande unidade histórica ... um quadro dentro do qual uma combinação particular de processos alcançava dados resultados singulares ... um conjunto de eventos e produtos entremeados que são significativos igualmente para o historiador da cultura e para o antropólogo teórico (MINTZ, 2010: 77).

Entretanto, Mintz deu um uso distinto ao conceito. O antropólogo aplicou este conceito ao Caribe para compreensão do processo histórico naquela região. O pesquisador estava interessado em estudar "um conjunto de eventos e produtos entremeados" para entender a formação histórica das sociedades caribenhas. Isso nos provocou a pensar e a fazer o seguinte questionamento: podemos afirmar que a História dos povos indígenas no Nordeste foi marcada por "um conjunto de eventos e produtos entremeados" que alcançou "resultados singulares"?

Um conceito que se propôs entender as dinâmicas históricas ocorridas com os índios no Nordeste e considerado referência para os estudos sobre a História e Antropologia indígena na Região é o *processo de territorialização*, definido por João Pacheco de Oliveira:

(...) é precisamente o movimento pelo qual um objeto político-administrativo - nas colônias francesas seria a 'etnia', na América espanhola as 'reducciones' e 'resguardos', no Brasil as 'comunidades indígenas' - vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas

formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso) (OLIVEIRA, 2004: 24).

A partir destas referências teóricas buscaremos desenvolver um estudo percebendo a História indígena no Nordeste, em Pernambuco, como sendo o resultado de processos históricos e sociopolíticos. Principalmente, e parafraseando Mintz, a história dos índios no Sertão de Pernambuco no Século XIX foi marcada por "um conjunto de eventos e produtos entremeados" que resultaram "uma combinação particular de processos alcançava dados resultados singulares".

Na época do Brasil Colônia a política indigenista da Coroa portuguesa objetivava a pacificação, assimilação dos índios a "civilização" por meio da catequese. A região do Rio São Francisco recebeu o maior número de missões religiosas que atuavam na Colônia, onde diferentes congregações religiosas se alternaram na gestão das missões, caracterizando a região por ter possuído a mais duradora e diversificada experiência missionária no Brasil entre os séculos XVII ao XVIII (POMPA, 2003).

Mas as repetidas queixas dos colonos contra os missionários, principalmente sobre os jesuítas, fizeram com que a Coroa por meio do Alvará de 3 de maio de 1757 criasse o Diretório Pombalino que passou para o Estado a responsabilidade da civilização dos índios no Pará e Maranhão, e em 17 de agosto de 1758 outro Alvará estendeu a sua ação para todo o Estado do Brasil (GALINDO, 2011). No entanto, em razão das denúncias dos maus tratos e exploração dos índios, a Carta Régia de 12 de maio de 1798 aboliu o Diretório no Pará.

Para muitos historiadores esse documento teve vigência para todo o Brasil. Todavia, de acordo com Lopes, não havendo outros documentos que comprovem o fim oficial, "o Diretório dos índios não foi extinto em todo o Estado do Brasil, *permanecendo em vigor na capitania de Pernambuco e nas anexas a ela*" (LOPES, 2011: 249) (Grifo nosso) até a primeira metade do século XIX.

Contudo, colocando-se numa interpretação contrária ao caráter "oficioso" do Diretório Pombalino no Brasil no início do século XIX. Patrícia Melo Sampaio (2009) informa que o Diretório dos índios só foi instinto no Brasil em 1822, porém, para logo em seguida fossem

tomadas outras leis e medidas legais para a manutenção e reformulação do Diretório, de maneira a ajustá-lo a nova realidade política-jurídica do Brasil imperial.

De acordo com a autora, no reinado de D. Pedro I foi aprovado o decreto imperial de 23/09/1822 que extinguiu o Diretório dos índios no Brasil, mas, por outro lado este mesmo decreto reavivou a execução das leis de 04/04/1755 (Lei de Liberdade dos índios) e outras leis coloniais que indicam a manutenção ou reformulação dos mecanismo administrativos do Diretório ajustados ao corpo legal do Brasil (SAMPAIO, 2009: 183). A autora entende que com a abolição do Diretório inaugurou outro momento na legislação indigenista, "implantando novos modelos para regular as relações entre as populações nativas e o mundo colonial, sendo ela própria elaborada em estreita consonância com as questões locais" (Ibidem: 182).

Assim, mesmo após a sua abolição, o Diretório permanecia em vigor no Nordeste até meados do Século XIX e seus efeitos sobre os índios eram visíveis. Na segunda metade do Século XVIII, o Diretório Pombalino buscou promover uma homogeneização da cultura indígena e a sua "civilização" subsidiando o argumento do desaparecimento dos índios no Nordeste no Século XIX (POMPA, 2011).

A regulamentação de diretrizes nacionais para a civilização dos índios só ocorreu no Segundo Reinado com a homologação do Decreto nº 426 de 24/07/1845 que criou o *Regulamento acerca das Missões de catechese, e civilização dos índios*, no qual o Império centralizou a vigilância sobre os progressos da civilização dos índios, autorizando a demarcação dos aldeamentos, favorecendo a catequese, proibindo a servidão e os maus tratos (CUNHA, 1992).

Reflexões e críticas devem ser feitas sobre a política indigenista no Século XIX, três importantes teorias deve ser colocadas em discussão. A primeira, a política indigenista do Século XIX deixou de ser uma questão de mão-de-obra para se tornar uma questão de terras submetidas aos interesses do Estado e de poderes locais (CUNHA, 1992: 134). Durante o Período Regencial, por meio do Ato Adicional de 1834, o governo central concedeu poderes às Assembleias Legislativas Provinciais "de legislarem, cumulativamente com a Assembleia e o Governo Geral, sobre a catequese e civilização do indígena" (Ibidem: 138).

A segunda crítica foi sugerida por Lorena de Melo Ferreira (2006: 56), para essa pesquisadora não houve um “vácuo legal” no início do Século XIX, como indicou Cunha, o que ocorreram foram “flutuações legais” ou caminhos variados para diversas formas de ação indigenistas no Brasil. Principalmente na Regência, pois as suas práticas políticas indigenistas estavam sendo orientadas seguindo os apontamentos de José Bonifácio para a "*Civilização dos Índios Bravos do Brasil*" (DOLHNIKOFF, 1998) onde cada província recebeu uma cópia desse documento para nortear-se na administração das aldeias (FERREIRA, 2006: 57).

A terceira, Patrícia Melo Sampaio (Ibidem: 181) retomou a interpretação de Antônio Carlos de Souza Lima que a questão indígena no Século XIX se fundamentava nos "Feixes temáticos: terra, trabalho e guerra". E também criticou a teoria do "vácuo legal", propondo que no ínterim entre o Diretório Pombalino e a Diretoria dos índios emergiu soluções alternativas as diferentes realidades locais (Ibidem: 182).

Sobre as populações indígenas habitantes no Sertão de Pernambuco no início do Século XIX, de acordo com Pereira da Costa (1987, Vol. 5: 165-171) eram os Bancararus, Tuxá, Rodelas e Tamaqueus nas margens do rio São Francisco - nas proximidades dos atuais municípios de Cabrobó e Tacaratu - e os Oê, Chocós, Pipipães e Umãs no vale do rio Pajeú, na divisa com o Ceará e a Paraíba. Populações que vivenciavam conflitos com os proprietários de gados naquela região.

Sobre a presença missionária no Brasil no Século XIX, muitos historiadores concordam que a retomada ação missionária ocorreu na regência de Pedro de Araújo Lima, na qual o governo autorizou o desembarque dos Capuchinhos italianos para catequização dos índios (SAMPAIO, 2009: 180). No entanto, a atividade missionária não se interrompeu por completo, pois existem registros da ação missionária dos Capuchinhos italianos no Sertão de Pernambuco nas primeiras décadas do XIX.

O mais conhecido e permanece pouco estudado foi a atuação dos Capuchinhos Frei Vital de Frescarolo e Frei Ângelo Maurício de Niza que atuaram pacificação dos “gentios” Pipipã, Chocó, Oê (Vouê) e Omaris (Umã), habitantes na Serra Negra e ribeiras do São Francisco e Pajeú. Em 1802, o Frei Vital fundou a Aldeia do Jacaré, na Serra Negra, para aldeiar os Pipipã. Entre os anos de 1804 a 1806, o missionário fundou as missões do Olho D’água da

Gameleira (atual Aldeia Olho d'Água do Padre, na Serra do Umã, em Salgueiro/PE) e Baixa Verde no Pajeú, para os Umã e Chocó (Costa, 1987, Vol. 5: 165, 167 e 171; FRESCAROLLO, 1883).

Um dos sinais de destaque na história dos índios no Nordeste foi a sua resistência persistente no período colonial. Sobre o significado da resistência indígena nesse período, Maria Regina Celestina de Almeida utilizou o conceito de “resistência adaptativa para compreender os vários comportamentos dos índios frente aos ocidentais e o processo de metamorfose por eles vivenciado” (ALMEIDA, M., 2003: 148). Ampliando esse conceito, a "resistência adaptativa" também significa um conjunto de estratégias de resistência, negociação e alianças estabelecidas pelos indígenas com os não-índios. Estratégias elaboradas em contextos socioculturais específicos e constantemente reformuladas pelos seus atores.

Ao longo do Século XIX, em razão dos anos de contato e os vários episódios de violências, os índios no Nordeste haviam adquirido uma experiência histórica que lhes permitiram reformular suas estratégias de mobilizações e negociação. Os índios no Região no Século XIX possuíam um "acervo de experiências":

(. . .) um acervo de experiência comuns, cotidianamente vivida e historicamente construídas e reconstruídas, tendo como referências as tradições culturais dos grupos indígenas aí reunidos, tornava os habitantes dos aldeamentos diferentes dos regionais com quem viviam em contacto (DANTAS; SAMPAIO; CARVALHO, 1998: 446).

A resistência indígena, mais significativa e prolongada, em Pernambuco no Século XIX foi a vivenciada pelos índios na Serra Negra (ROSA, 1988) que reunia índios "selvagens"/"bravos" dispersos pelo São Francisco e Pajeú e os índios fugidos dos aldeamentos. O último ataque a Serra teria ocorrido em 1894, culminando com expulsão dos índios do local e a captura dos sobreviventes (mulheres e crianças) entregues as várias famílias da Vila de Floresta (Ibidem: 44-45).

A história dos índios na Serra Negra traz uma reflexão, a classificação dos índios resistentes na condição como índios "selvagens"/"bravos" ou "mansos" como eram citados nos

documentos daquela época. Parafraseando Pompa (2011: 275), da mesma maneira que o desaparecimento dos índios no Nordeste foi uma construção ideológica, esses adjetivos também foram ideologicamente formulados para justificar a força utilizada pelas autoridades e o governo para combater e controlar os grupos indígenas em Pernambuco.

Podemos inferir que na primeira metade do Século XIX, os grupos indígenas no Sertão de Pernambuco vivenciaram processos históricos singulares. Processos que precisam ser estudados mais detalhadamente para compreensão da complexa rede relações e interações em que estavam inseridos numa sociedade em transformações, na passagem de uma sociedade colonial para a sociedade brasileira afirmada após a Independência. Um quadro histórico, sociocultural e político que precisa ser remontado para averiguar e analisar a abrangência da participação dos povos indígenas no Sertão na história de Pernambuco no Século XIX.

Atualmente, a nossa pesquisa está em andamento. A primeira etapa foi a localização, leitura e transcrição dos manuscritos produzidos entre os anos de 1801 á 1845, com registros referentes às populações indígenas no Sertão de Pernambuco nas Vilas de Santa Maria e Assunção (Rio São Francisco) e nas missões da Gameleira e Baixa Verde (Vale do Pajeú). Esses documentos encontram-se depositados no APEJE e MJPE.

Principalmente, as coleções documentais no APEJE, que guardam a grande maioria dos registros sobre os índios no Sertão de Pernambuco no período proposto para estudo. As séries documentais Câmaras Municipais (CM), Correspondências para Corte (CC), Ordens Régias (OR), Ouvidores de Comarcas (OC), Prefeitos de comarca (Pc), Juízes de Paz (JP), Assuntos Eclesiásticos (AE), Ofícios de Governo (OG) e outras coleções disponíveis para consulta.

No que se refere a segunda etapa, consistirá na organização e análise dos documentos transcritos. Faremos os cruzamentos das informações existentes nas coleções documentais no APEJE e MJPE, identificando e comparando as informações dos manuscritos dessas instituições. No APEJE localizamos e transcrevemos vários documentos de interesse a pesquisa. Esses registros apontam alguns dados relevantes sobre a situação dos índios no Sertão de Pernambuco na primeira metade do Século XIX.

Desse material agrupamos algumas das informações pertinentes ao foco da pesquisa: 1) a ação missionárias dos Capuchinhos italianos (Frei Frescarolo e Frei Angelo de Nisa) entre os

índios em Pernambuco, na Serra Negra e Vale do Pajeú; 2) a política indigenista adotada na província de Pernambuco pelas câmaras municipais, autoridades civis e a Presidência da Província; 3) o Diretório Pombalino que continuava válido em Pernambuco como o documento oficial que orientava a "civilização" dos índios na província; 4) os conflitos contra os índios "selvagens" e a invasão das terras dos aldeamentos de Santa Maria e Assunção; 5) os Registros que identificavam os etnônimos dos grupos indígenas no Sertão da Província de Pernambuco, entre os rios São Francisco e Pajeú (Oê, Chocó, Umã, Pipipã e etc.) e suas expressões socioculturais.

A pesquisa documental possibilitará a recuperação de fragmentos do passado, favorecendo a compreensão de uma realidade complexa, marcada por descontinuidades e lacunas. No caso da História dos índios no Brasil, a documentação manuscrita nos arquivos estaduais:

... emerge uma série de evidências que mostram os índios aldeados interagindo de diferentes modos com as demais forças sociais, não simplesmente como coadjuvantes emudecidos, *mas como atores cujos papéis e falas vão sendo gradativamente retirados do silêncio dos arquivos* (DANTAS, SAMPAIO e CARVALHO, 1998: 447) (*Grifo nosso*).

Em relação às fontes sobre os povos indígenas em Pernambuco no Século XIX, os documentos nos mostram os povos indígenas atuando nos eventos políticos e sociais ocorridos na Província de Pernambuco naquele século. Sempre visando à defesa de seus interesses, quando se tratava da posse de seus territórios, ou na manutenção de suas tradições e práticas socioculturais específicas (FERREIRA, 2006).

No entanto, os registros sobre os índios em Pernambuco no Século XIX, é sempre importante ter presente que muito desses relatos não foram escritos pelos próprios índios, mas por outros que lhes representavam e acabavam reproduzindo o discurso eurocêntrico e da alteridade em relação aos índios. Entretanto, "torna-se imprescindível *desvendar na fala oficial dos documentos os tropeços das representações preconceituosas* acerca da condição não só cultural, mas principalmente, racial do índio acabocelado" (FERREIRA, 2006: 8) (*Grifo nosso*).

Na análise dos relatos escritos sobre os índios em Pernambuco no Século XIX, objetivamos a compreensão da complexidade da realidade vivida pelas populações indígenas naquele período. Para isso, precisamos das interpretações produzidas pela historiografia acerca da Província de Pernambuco e da história indígena no Nordeste. Neste ponto estão disponíveis algumas dissertações, monografias e artigos de pesquisadores no Departamento de História da UFPE e de outras instituições no Brasil, revelando uma produção significativa.

Os estudos etnográficos e antropológicos recentes sobre os índios em Pernambuco também serão necessários para a pesquisa. Isso porque muitos antropólogos realizaram pesquisas documentais em arquivos. E reuniram vários documentos sobre os índios no Brasil que abrangem desde o período colonial até a República. A exemplo de Manuela Carneiro da Cunha que desenvolveu estudos pertinentes ao campo da História que são referência para a História indígena.

As interpretações da História e da Antropologia permitirão a apreensão dos processos, eventos e suas implicações vivenciadas pelos índios no início do Século XIX. Para alcançar tais resultados, Cristina Pompa nos convida a sairmos de uma visão positivista da História, linear e reconstrutora dos fatos, e "aceitarmos o desafio de buscar nos registros não 'fatos', *mas movimentos de construção, desconstrução, rearticulação e negociação de sentidos, os documentos oferecem-nos fragmentos de configurações sociais simbólicas em construção*" (POMPA, 2011: 267) (Grifo nosso).

A autora propôs que os documentos sejam analisados para a promoção da "compreensão processual das relações entre acontecimentos e representações" (POMPA, op. cit.). Dessa maneira, essas considerações nos ajudarão na montagem de um panorama histórico, sociocultural e político possibilitando um melhor entendimento da realidade vivida pelos índios no Sertão de Pernambuco, durante a primeira metade do Século XIX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ALMEIDA, Rita Heloisa de. **O Diretório dos índios**: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. Morte e vida do Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n.15, p. 57-94, 1995.

COSTA, F. A. Pereira da. **Anais pernambucanos**. 1701-1739. Recife: Arquivo Público Estadual, v. 5, 1987.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Política Indigenista no Século XIX In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1992, p. 133-154.

_____(Org.). **Legislação indigenista no Século XIX**. Edusp: São Paulo, 1992.

DANTAS, Beatriz G.; Sampaio, José Augusto; Carvalho, Maria do Rosário. Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 431-456.

DOLHNIKOFF, Miriam. (Org.). **José Bonifácio de Andrada e Silva**: projetos para o Brasil. Cia de Letras: São Paulo, 1998.

FERREIRA, Lorena de Mello. **São Miguel de Barreiros**: uma aldeia indígena no Império. Recife, UFPE, 2006. (Dissertação Mestrado em História).

FRESCAROLLO, Fr. Vital de. [1802]. Informações sobre os índios bárbaros dos Certões de Pernambuco. In: **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n. 46, p. 103-119, 1883.

GALINDO, Marcos. A submergência tapuia. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). **A presença indígena no Nordeste**: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011, p. 167-215.

LOPES, Fátima Martins. As mazelas do Diretório dos índios: exploração e violência no início do século XIX. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). **A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011, p. 241-265.

MINTZ, Sidney Wilfred. Aturando substâncias suradoras, testando teorias desafiadoras: a Região do Caribe como "Oikoumenê". In: MINTZ, Sidney Wilfred. **O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados.** 2ª ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010, p. 67-107.

MOREIRA NETO, Carlos de Araujo. **Os índios e a ordem imperial.** Brasília: CGDOC/FUNAI, 2005.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Contra Capa livraria, 1999, p.13-42.

POMPA, Cristina. **Religião como tradução: missionários, Tupi e "Tapuia" no Brasil Colonial.** Bauru, SP: EDUSC, 2003.

_____. Historia de um desaparecimento anunciado: as aldeias missionárias do São Francisco, séculos XVIII-XIX. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). **A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011, p. 267-292.

Relatório sobre os Aldeamentos de Índios na Província de Pernambuco. Publicado no Diário de Pernambuco em 4 de abril de 1873. In: MELO, José Antonio Gonçalves de. **O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste (1840-1889).** Vol. 1. Recife: Diário de Pernambuco, 1825-1975, p. 339-351.

ROSA, Hildo Leal da. **A Serra Negra: refúgio dos últimos "bárbaros" do Sertão de Pernambuco.** Recife: UFPE, 1988. (Monografia Bacharelado em História).

SAMPAIO, Patrícia Melo. Política indigenista no Brasil imperial. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil Imperial**. Vol. I: 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 177-206.

SILVA, Edson. História indígena em Pernambuco: para uma compreensão das mobilizações indígenas recentes a partir de leituras de fontes documentais do Século XIX. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, v. 64, p. 73-114, 2011.

_____. “Os caboclos” que são Índios: história e resistência indígena no Nordeste. In. **Portal do São Francisco** – Revista do Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco/CESVASF. Belém de São Francisco, ano III, nº. 3, p.127-137, 2004.

VALLE, Sarah Maranhão. **A perpetuação da conquista**: a destruição das aldeias indígenas em Pernambuco do Século XIX. Recife: UFPE, 1992. (Dissertação Mestrado em História).